

GT42: Experiências contra-hegemônicas em Memória Social e Patrimônio Cultural

Regina Abreu, José Maria da Silva

O GT pretende reunir trabalhos que focalizem experiências contra-hegemônicas no campo da Memória Social e do Patrimônio Cultural construídas à margem e em dissonância com o neocolonialismo. A intenção é abordar propostas, caminhos e perspectivas que coloquem em cena diferentes paradigmas culturais e de outros processos civilizatórios, com seus sistemas de conhecimento e práticas de memorização que foram e são invisibilizados. Especial atenção será conferida a referências de memória coletiva e social entre populações quilombolas e indígenas, comunidades tradicionais, coletivos emergentes, coletivos de mulheres, movimentos sociais, entre outros segmentos, expressas pelos sistemas singulares de produção agrícola, de conhecimento medicinal e ambiental, de visões de mundo, de cartografias sociais, culturais e de lugares de memória, de fabulação em torno do mágico e do sagrado, de mitos e rituais. Procuraremos perceber a atualidade de formas expressivas de relacionamento com diferentes concepções de tempo e de patrimônios, onde habitam seres humanos e não humanos, nos quais são partilhadas diferentes formas de ordenação do pensamento, da memória social e da relação com a terra e o meio ambiente, como em eventos alusivos à memória de movimentos sociais, em feiras de troca de sementes crioulas, em iniciativas de hortas e farmácias comunitárias, em processos de autodemarcação territorial, em reivindicações de propriedade intelectual, entre outros.

Patrimônio cultural e povos indígenas no Alto Uruguai: reflexões a partir do processo de identificação dos sítios arqueológicos Goj Veso I e II (RS e SC)

Autoria: Caetano Kayuna Sordi Barbará Dias, Jhonatan de Paula Pereira

Este trabalho parte de reflexões oriundas da nossa atuação como técnico-antrópologo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (Caetano Sordi) e assessor jurídico voluntário da retomada kaingang Goj Veso (Jhonatan de Paula Pereira) em um processo de identificação e cadastramento de um sítio arqueológico pré-colonial na Região do Alto Uruguai, divisa entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Em 2019, ao iniciarem uma obra de escavação para silagem, empregados de uma propriedade rural do município de Iraí se depararam com vestígios de um sepultamento de tradição tupiguarani, composto por artefatos de cerâmica e uma ossada. Estabelecidos a poucos metros do achado, do outro lado de uma rodovia federal, os membros da comunidade Goj Veso passaram a zelar pela segurança do sítio arqueológico e tomaram a dianteira na interlocução com o poder público e a imprensa para sua devida identificação e cadastramento junto aos bancos de dados oficiais. A partir dessa experiência e seus desdobramentos locais e institucionais, procuraremos refletir sobre os usos e limites dos instrumentos patrimoniais para o reconhecimento e a garantia dos direitos culturais dos povos indígenas, especialmente em territórios marcados por conflitos fundiários e processos de expropriação de longa duração. Em especial, procuraremos destacar as distintas arenas de tradução que foram acionadas sobre este caso particular, envolvendo lideranças indígenas, operadores do judiciário e diferentes áreas técnicas do patrimônio cultural, como arqueologia e antropologia.

[Trabalho completo](#)

Práticas laborais e agenciamentos cotidianos entre mulheres camponesas em Rincão dos Alves (RS)

Autoria: Renata Piecha, Maria Catarina Chitolina Zanin

A presente proposta parte de uma etnografia realizada entre os anos de 2018 e 2020 com mulheres

camponesas da comunidade de Rincão dos Alves, interior do município de Jaguari, na região central do Rio Grande do Sul. Em um contexto rural cada vez mais modernizado e regido pela lógica do agronegócio, nos últimos 20 anos, a fomicultura se insere em Rincão dos Alves, impondo-se como a atividade produtiva viável e lucrativa nesse dado momento. Essa inserção tem acarretado mudanças nas lógicas produtivas, nas relações sociais e de trabalho, nas normas, costumes e paisagens, exacerbando e precarizando a jornada laboral, minando, assim, a autonomia dessas famílias camponesas. Baseando-se na exploração de sujeitos e corpos subalternos, esse agronegócio volta-se à esfera de trabalho reconhecida como masculina. Porém, privilegiamos nesta proposta, as visões (e ações) das mulheres sobre as suas sociedades, de acordo com a antropóloga palestino-americana Lila Abu Lughod (1990). Partindo disso, apresentamos as "quitandas", isto é, um compilado de produtos, como o queijo "colonial", pães, compotas e outros que advém, exclusivamente, do trabalho dito feminina, sendo "saberes-fazeres" resguardados na memória, transmitidas de geração em geração por/entre mulheres, entrelaçando temporalidades, conhecimentos e práticas. Comercializados pela via da informalidade em circuitos curtos pelas agricultoras de Rincão dos Alves, essa produção se estende a vizinhos, parentes, trabalhadores urbanos, mantendo relações de reciprocidade, e à intermediários, que revendem, em seguida, esses produtos nos seus estabelecimentos comerciais urbanos. Esses produtos são consumidos, majoritariamente por cidadãos citadinos, que (re)conhecem a procedência e origem desses produtos e lhes atribuem valor simbólico e econômico, visto que Jaguari, em sua constituição histórica, é fruto do processo de colonização europeia iniciado no Brasil no século XIX. Por sua produção e consumo se relacionarem com as identidades vigentes neste contexto, compreendemos as quitandas camponesas como patrimônios materiais e imateriais. Ademais, mediante esse trabalho, as agricultoras de Rincão dos Alves, acessam um ganho que lhes proporciona uma melhoria de vida, que tende a se estender ao núcleo familiar, prezando, ainda, pela manutenção dos saberes tradicionais camponeses, atrelado às origens familiares, ao trabalho na terra e à produção de alimentos, representando, ainda, agenciamentos cotidianos que se contrapõem a homogeneizadora lógica do agronegócio.

[Trabalho completo](#)

Memoração e contra-hegemonia no muralismo zapatista: o patrimônio indígena desde "abajo y a la izquierda"

Autoria: Bianca Rihan Pinheiro Amorim

O objetivo desta proposta se trata de defender/apresentar os murais coloridos, confeccionados pelo movimento zapatista em seu território autônomo, no sudeste do México, como patrimônio indígena. Patrimônio, no entanto, definido não via chancela do Estado - como pretensão marcador da memória hegemônica nacional - mas pela organicidade dos grupos que produzem e se apropriam de tais artefatos como patrimônio sócio-histórico, dialético e dialógico, sobre os quais ainda é possível atuar e encaminhar a luta social. Permeando tanto o complexo material como o complexo mágico e poético, ou seja, simbólico, de criação, afeto e devir, as reflexões a serem desenvolvidas na comunicação se voltam para a mediação e a "memoração" de diferentes agentes técnicos, sociais e culturais que participam da experiência muralista nos "caracóis" de Chiapas. Contudo, para além das tantas camadas constituintes do saber-fazer coletivo, a proposta sublinha as estruturas de violência que atravessam o território indígena zapatista. Os murais, por sua vez, passam a ser compreendidos não apenas como zonas de prosa coletivas, mas como registros disseminados a partir de comunidades em "resistência e rebeldia", em um zoneamento de guerrilha. Atualiza-se, pois, a dimensão do patrimônio como fruto de ações intersubjetivas, produzidas como (contra)ataques às superestruturas e às estruturas que operam como máquinas de pasteurização e opressão de corpos e epistemologias "desviantes". A atenção a essa condição me faz observar os murais como espaços

permanentes de (re)construção da memória, pautada na vida prática e na defesa de indígenas e de outros grupos sociais subalternizados. Permite-se, pois, a alteração e/ou apagamento de imagens e mensagens na medida em que se atualizam as experiências e expectativas de tais coletividades, em dada conjuntura. Neste momento em que a América Latina sofre os efeitos mais agressivos de mercados e Estados praticamente autocráticos e seus dispositivos sociais legitimadores de práticas racistas e neocoloniais que avançam a olhos vistos contra as populações pobre, negra e indígena, a disputa pelos índices sociais nos murais se faz presente em todo o processo de observação da pesquisa. Desse modo, o enquadramento da memória coletiva pela memória oficial dá lugar a um "patrimônio vivo", ou espaços de interação em que diferentes comunidades discursivas, membros de diferentes etnias indígenas e realidades sócio-políticas apresentam a si e ao movimento zapatista e literalmente criam e recriam as possibilidades de um "outro mundo possível" pela mobilização de artefatos para a luta. Isto é, pela mobilização do patrimônio muralista indígena desde "abajo y a la izquierda".

[Trabalho completo](#)

Tecelãs de Memórias e o Encontro de Saberes da Caatinga

Autoria: Marília Nepomuceno

Marília Nepomuceno Pinheiro PPGA/UFPE Palavras Chaves: Memória, Patrimônio, Saberes da Caatinga Saber da Caatinga através da vida dos comuns e das mulheres da Chapada do Araripe é saber de um profundo poço de saberes vivos de nossos Brasis. Alargando os nossos horizontes e nos convidando a perceber as "agricultoras da subsistência do mundo", ou as "tecelãs da memória", como sugere Silvia Federici em sua obra "Reencantando o Mundo", sobre sujeitas sociais populares e comuns de nossos mundos, somos, neste Encontro, convidadas a olhar ou a nos re(en)cantar para a política dos comuns, a comunidade e os saberes e fazeres que detém as mulheres e os comuns deste território. Olhar, pensar, ouvir, conversar ou (en)cantar em coro, como sugere Federici sobre as estratégias que devemos nos munir, não para o passado, e sim para futuro, desemboca na mola propulsora que tece o Encontro de Saberes da Caatinga e seu desejo de salvaguardar nossos saberes e práticas tradicionais de cura e cuidado entre nós e o ambiente, enquanto estratégia de reencantamento coletivo do mundo e ferramenta da ciência de um poço profundo em meio a eventos críticos, crises, catástrofes, traumas, e emergência climática e ambiental, como nos faz pensar Silvanete Maria Lermen: "Eu sempre digo que quem faz a nossa história somos nós, desde que a gente conte, que a gente registre. Nós precisamos registrar isso. Por isso que eu estou aqui, agradecendo a vocês por estarem nesse espaço socializando. E aqui são os meninos e as meninas que vão estar nos ajudando a fazer esse relato. Na verdade, nós vamos contando pra elas, e elas vão escrevendo, já que a gente não tem essa habilidade tão boa de escrever com uma facilidade maior. Então, eu gostaria que cada uma de vocês dissesse o nome, quantos filhos tem e se pudesse quantos anos mora aqui, então isso é muito interessante para elas poderem saber que somos filhas daqui mesmo. Porque falar dos Paus Dóias é dizer que aqui nós temos um berço de saberes ancestrais muito profundo, que muitas vezes nós que estamos aqui e nem nos tocamos que temos isso é tão profundo, tão histórico e é o que faz a nossa resistência e nossa continuidade." Maria Silvanete, em conversa coletiva junto a sua comunidade da Serra dos Paus Dóias, em Novembro de 2021.

[Trabalho completo](#)

Tecituras e emaranhados criativos: A "fotrica" como malha e possibilidade de reemergência da memória coletiva

Autoria: Aline de Jesus Maffi

Este texto busca propor alguns apontamentos sobre a fotrica, como uma malha relacional e um movimento

de composição que articula memórias e trajetórias, partindo de reflexões mobilizadas por fotografias na medida que esses dispositivos podem movimentar relatos orais de mulheres que compartilham o mesmo contexto comunitário. Nesse sentido, apresento correlações teóricas iniciais que fundamentam o que estou denominando como fotrica, a qual começa a se constituir como uma abertura caracterizada pela possibilidade de tensionar a ideia de futrica - recorrentemente entendida como fofoca, intriga, mexerico e fuxico -, por meio do pressuposto comunicacional que essa terminologia carrega, a fim de buscar elementos à proposição da noção de fotrica. Inserida em uma pesquisa fotobiográfica, fundamentada na perspectiva de Bruno (2007), a fotrica é pensada como um movimento relacional e metodológico de criação que se expressa no cruzamento de trajetórias de mulheres, interlocutoras da pesquisa "À margem do visível: processos de identificação, ruralidades, memórias e as trajetórias de mulheres em fotobiografias", em curso na Zona Rural de Londrina/PR, no Distrito de Maravilha. A instituição e anexação desse distrito ao território de Londrina ocorre na década de 1970, entretanto já havia a organização de um povoado nessa região desde meados de 1940. A história oficial das/os moradoras/es de Maravilha, contudo, é vinculada à narrativa hegemônica sobre a história de Londrina, associando-se a uma perspectiva historiográfica repleta de silenciamentos e invisibilidades. Nesse sentido, ao propor o cruzamento de trajetórias de mulheres, com faixa etária entre 60, 70 e 80 anos, na composição conjunta de histórias de vida, a fotrica se constitui como uma tecitura - ou seja, como uma reunião de fios entrelaçados - que pode possibilitar caminhos que visibilizem os sentidos de uma memória coletiva e práticas de memorização, até aqui invisibilizadas, construídas e mobilizadas por mulheres que partilham uma territorialidade, na medida que essas histórias de vida estão inseridas em um conjunto de relações (KOFES, 2015). Para isso, em um primeiro momento, trarei alguns apontamentos filosóficos e antropológicos sobre a terminologia gossip, isto é, fofoca ou futrica. Para, em um momento subsequente, propor um diálogo com Deleuze e Guattari (2001) e Ingold (2012; 2019), a fim de buscar, na articulação das categorias outrem, relação, coisa e malha, fundamentos à proposição da noção de fotrica. Nessa perspectiva, a fotrica é composta como uma possibilidade contra-hegemônica de articulação de fotobiografias, buscando possibilitar a reemergência de uma memória coletiva sobre uma territorialidade compartilhada.

[Trabalho completo](#)

A ação das coisas subjaz as coisas: agência humana e não humana em uma instalação arqueológica in situ no Paço da Liberdade - Manaus (AM)

Autoria: Camila Garcia Iribarrem

Essa abordagem enfoca uma análise sobre a perspectiva de agências humana e não humana como potência de materialização de redes de intencionalidades emanadas a partir da produção social de cultura material, inserida em uma etnografia sobre a ação das coisas como cocriadoras que refletem um universo de interações visíveis e invisíveis onde se incluem a cosmovisão das sociedades tradicionais e suas práticas xamânicas e ritualísticas, que entram nesse diálogo a partir da força, ação, agência que essas cosmologias carregam frente as reivindicações e movimentos indígenas. Essa visão é elucidada a partir da solicitação de tutela de artefatos arqueológicos funerários encontrados no centro histórico de Manaus pelo movimento indígena (COIAB) e o desdobramento que essas ações atingiram sobre as questões políticas relativas ao patrimônio cultural e as práticas arqueológicas empreendidas para produção de um formato de musealização in situ, nessa pesquisa conceituado como instalação arqueológica in situ, paradoxalmente produzida no interior de um espaço de arquitetura colonial, o Paço da Liberdade, em Manaus (AM). PALAVRAS CHAVES INSTALAÇÃO ARQUEOLÓGICA; AGÊNCIA: XAMANISMO

[Trabalho completo](#)

"Eram os caboclos brabos que tinham cavado aquele poço": Salvaguardando Memórias Tapuias no Vale do Sabugi, PB.

Autoria: Bismark Karuá Tapuia-Tarairiú, María Elena Martínez-Torres

Essa comunicação apresentará os avanços obtidos através da construção do acervo audiovisual da cultura indígena do Vale do Sabugi (PB), o Memórias Tapuias. Norteado pelas discussões históricas e antropológicas voltadas as formas de esquecer e lembrar, especialmente no que tange a situação colonial no nordeste indígena (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998), tenho buscado estratégias de salvaguarda da memória junto a construção de museus indígenas no campo virtual (ATHIAS, 2019). Com apoio financeiro da premiação de projetos culturais da Lei Aldir Blanc (14.017/2020) no Estado da Paraíba (Edital Parrá/PB), junto a uma equipe composta por mim, graduando em ciências sociais e produtor cultural; por um museólogo; uma educadora; um motorista e uma articuladora regional, temos realizado uma série de entrevistas de cunho etnográfico e documental junto à conhecedores tradicionais do semiárido. Como recorte inicial de pesquisa tenho me voltado a investigação com senhores e senhoras originários dos territórios que atualmente comportam o município de São Mamede/PB, partindo do meu próprio contexto familiar. Os diálogos se dão com moradores mais antigos da cidade, mestres e mestras dos saberes da caatinga que evidenciam em suas narrativas a permanência familiar desde tempos imemoriais nos sítios perpassados pelo Rio Sabugi - como é o caso dos Balduinos, nome com o qual parte de minha família materna é conhecida popularmente. Como produto do Memórias Tapuias temos construído um acervo baseado em fotografias, áudios e vídeos, retratando as memórias-práticas atreladas ao meu território. Esses documentos tem permitido a construção de um panorama sobre as formas de vivência no semiárido, a exemplo dos usos das medicinas tradicionais, dinâmicas de alimentação e cultivo, práticas de cura por meio de rezas e benzimentos, dentre outros. Sendo esses alguns exemplos de formas de conhecimento quase sempre atreladas aos povos indígenas, como é o caso do trecho que dá título a este trabalho, onde um parente próximo relata a reabertura de um poço de pedras cavado pelos caboclos brabos nos arredores do Rio Sabugi, região marcada pela presença Tapuia Tarairiú. Abrindo caminho em meio as nossas memórias, este projeto culminará no lançamento de um site, lugar escolhido para publicização inicial do nosso acervo, com previsão para lançamento em Junho de 2022, bem como irá compor minha monografia de conclusão de curso. Ademais, tem em seu escopo uma série de oficinas educativas que estão sendo realizadas na Escola Estadual Seráfico Nobrega, pautando estratégias de educação patrimonial e ensino de temática indígena (Lei 11.645/08), tendo como público alvo apenas alunos residentes na zona rural do município de São Mamede/PB.

[Trabalho completo](#)

A ação das coisas subjaz as coisas: agência humana e não humana em uma instalação arqueológica in situ no Paço da Liberdade - Manaus (AM)

Autoria: Camila Garcia Iribarrem

Essa abordagem enfoca uma análise sobre a perspectiva de agências humana e não humana como potência de materialização de redes de intencionalidades emanadas a partir da produção social de cultura material, inserida em uma etnografia sobre a ação das coisas como cocriadoras que refletem um universo de interações visíveis e invisíveis onde se incluem a cosmovisão das sociedades tradicionais e suas práticas xamânicas e ritualísticas, que entram nesse diálogo a partir da força, ação, agência que essas cosmologias carregam frente as reivindicações e movimentos indígenas. Essa visão é elucidada a partir da solicitação de tutela de artefatos arqueológicos funerários encontrados no centro histórico de Manaus pelo movimento indígena (COIAB) e o desdobramento que essas ações atingiram sobre as questões políticas relativas ao patrimônio cultural e as práticas arqueológicas empreendidas para produção de um formato de musealização

in situ, nessa pesquisa conceituado como instalação arqueológica in situ, paradoxalmente produzida no interior de um espaço de arquitetura colonial, o Paço da Liberdade, em Manaus (AM). PALAVRAS CHAVES INSTALAÇÃO ARQUEOLÓGICA; AGÊNCIA: XAMANISMO

[Trabalho completo](#)

Lugar, gesto e memória: persistências no fazer das loiças Xokó

Autoria: Larousse Soares Magalhães

A proposta em questão é resultado da dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe (PROARQ-UFS). O trabalho, inspirado em abordagens etnoarqueológicas, foi realizado junto às mulheres loiceiras (ceramistas) do povo indígena Xokó, que vive na Terra Indígena Caiçara/Ilha de São Pedro (SE), localizada na região do baixo São Francisco. O território tradicionalmente ocupado pelos Xokó se tornou alvo de disputa ainda nas primeiras décadas da invasão do colonizador europeu e a violência desencadeada desde então está expressa nos séculos de silenciamento e invisibilização do povo indígena em questão. A loiça de barro, historicamente reconhecida como marca identitária do povo, contribuiu e viabilizou a ressurgência étnica dos Xokó na década de 1970, depois de séculos de prevalência de um discurso que negava a ancestralidade do povo. No presente, a história das loiças permanece como pilar indispensável à memória coletiva, constantemente recordada em rodas de conversas dentre as diferentes gerações, embora o número de loiceiras já não seja tão expressivo dentre as mais novas. Dos períodos que antecederam a retomada do território até a homologação da Terra Indígena, o fazer da loiça passou por diversos processos de mudanças, que constituíram estratégias indígenas de manutenção desta prática ancestral. Contudo, algumas escolhas relacionadas ao fazer das loiças se mostraram irredutíveis: o barreiro utilizado no presente é o mesmo das histórias contadas pelas mais velhas; os gestos indicam um processo produtivo de longa data; as histórias das mulheres são (re)contadas por diversas vozes. Estes aspectos indicam que as mudanças e continuidades na produção cerâmica são faces de um mesmo fenômeno: a persistências da identidade Xokó materializada nas vasilhas de barro. Acessar essas permanências requer exercitar a escuta, mas também revisitar os discursos hegemônicos que tentaram as invisibilizar por tanto tempo. A memória Xokó, experienciada de modo particular, evidencia um contraponto ao discurso oficial ao lançar luz sobre as mesmas histórias a partir de um outro prisma.

[Trabalho completo](#)

O projeto ArticulaFito e as cadeias de valor em plantas medicinais como experiências de memória social

Autoria: Nina Lys Nunes, VALCLER RANGEL FERNANDES, Joseane Costa

O projeto "ArticulaFito - Cadeias de Valor em Plantas Medicinais", desenvolvido em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz e o Ministério da Agricultura, visa fortalecer sistemas produtivos de plantas medicinais, condimentares e alimentícias, alinhado com a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) e o Programa Bioeconomia Brasil-Sociobiodiversidade. Envolvendo um conjunto de pesquisadores, em diálogo interdisciplinar, o projeto envolve mapeamento, capacitação, articulação e governança. As ações mais relevantes consistem no mapeamento das cadeias produtivas, na sistematização do conhecimento tradicional, no estímulo ao uso das espécies endêmicas dos biomas brasileiros, no manejo consciente das espécies usadas e na valorização do modo como as atividades são estruturadas, gerando renda e benefícios sociais. A qualificação de produtos oriundos de plantas medicinais, aromáticas, condimentares e alimentícias é um fator preponderante para promover a inclusão produtiva, promoção da saúde e da qualidade de vida dos agricultores familiares, dos povos indígenas e das comunidades tradicionais. Um ponto importante que o

Projeto ArticulaFito enseja relaciona-se à valorização dos conhecimentos tradicionais associados ao uso e manejo dos recursos florestais. Esses conhecimentos tradicionais são mantidos e transmitidos através das gerações, constituindo-se numa das principais fontes de informação e experiências de memória social. A conservação da biodiversidade requer também a valorização deste patrimônio de saberes e fazeres fundamentais para a sobrevivência das populações florestânicas. Observa-se uma relação estreita entre natureza e cultura por parte destas populações, sendo que suas moradias, alimentos, medicamentos, e também suas ferramentas e objetos de adorno são obtidos diretamente dos recursos naturais, por meio de agenciamentos a partir de saberes milenares. É exatamente esta imbricação entre natureza e cultura que prevê o uso sustentável dos recursos naturais e finitos do planeta.

[Trabalho completo](#)

Patrimônio e decolonialidades: As coleções de arte popular e africana do MNBA.

Autoria: Ana Teles, Danielle Maia Cruz

A presente comunicação propõe uma problematização sobre o lugar da arte popular e da arte não europeia em museus de arte no Brasil, focalizando a discussão no Museu Nacional de Belas Artes, cujo processo de aquisição das coleções de arte popular e africana ocorreu a partir da década de 1960. Essas aquisições ocorreram num contexto social e político de questionamento dos cânones artísticos ocidentais que reverberaram no campo artístico brasileiro, naquele momento, levando a transformações que motivaram a aquisição destas coleções pelo MNBA. O MNBA, cuja história é euro centrada, iniciada com a missão artística francesa, tem seu acervo caracterizado pela arte erudita. Pretende-se a partir da análise da trajetória destas coleções no MNBA, ao longo desses quase sessenta anos, discutir o significado de uma coleção de arte popular e arte africana num museu de arte erudita. Considerando que o MNBA narra a história das artes visuais brasileiras seria então de seu domínio guardar somente as artes eruditas? Que valores são engendrados com a separação ou junção de diferentes fazeres artísticos num museu que faz parte das instâncias legitimadoras da arte? Muito mais do que alocar simbolicamente tais coleções a museus de arte erudita ou de arte popular interessa-nos aqui entender o que está em jogo na disputa hierárquica entre tipos de museus e tipos de fazeres artísticos. Lança-se mão para isso das discussões atuais sobre patrimônio e decolonialidade e sobre os sujeitos do fazer artístico.

[Trabalho completo](#)

As Annas de Sant'Anna: um Barão e outras histórias

Autoria: Leticia Marques Camargo

Pelo menos cinco mulheres escravizadas são mantidas em uma espécie de "harém" privado de um Barão do café, no Vale do Paraíba Fluminense por pelo menos 30 anos. Antes de falecer, no ano de 1876, este homem se apressa em assumir os 25 filhos que teve com Floriana Paulina, Manoela Agostina, Semiana Florentina, Emília Dorothéia e Geralda. Nomeando como testamenteiro o farmacêutico com quem casou a filha mais velha de seu relacionamento com Floriana Paulina, Rosina, o tal Barão de Juparanã garantiu que uma de suas fazendas, a fazenda de Sant'Anna em Vassouras, fosse herdada por suas filhas e filhos mulatos. Antecipando a política heugenista, o Barão, que nunca se casou oficialmente ou teve qualquer relação com mulheres brancas, não esperava muito para casar suas filhas negras com homens brancos e velhos. Era inevitável que ficassem viúvas muito jovens. A rede entre as irmãs da fazenda de Sant'Anna era antes de mais nada uma questão de sobrevivência delas mesmas e de suas filhas e filhos. Estavam parcialmente isoladas em Sant'Anna, fazendo comunicação com a vila de Desengano, em Valença, por uma trilha beirando o Rio Paraíba do Sul, ou atravessando o mesmo rio de canoa à remo, chegando à Demétrio Ribeiro, vila

pertencente à Barra do Piraí. Por conta das redes entre as mulheres e a criação coletiva entre seus filhos, o casamento entre primos se tornou comum principalmente nas primeiras gerações criadas em Sant'Anna. Com o avanço da linha férrea Pedro II pela região, muitos parentes foram arrumando empregos e se espalhando entre Afonso Arinos, Barra Mansa, Barra do Piraí, Mendes, Valença e até mesmo Rio de Janeiro e Baixada Fluminense. Porém, parte da família continuou em Sant'Anna e todos se encontravam durante as festas da Santa Ana, no dia 26 de Julho, que acontecia na capelinha da fazenda. Ouvi essas histórias principalmente de mulheres, primeiro de minha bisavó quando eu ainda era criança, Dona Anna - Anita. Durante minha pesquisa vieram muitas outras 'Annas', e entendi que eram tantas mulheres com o mesmo nome na mesma família não apenas por conta da santa, mas também pelo nome do território em que viviam. As narrativas eram sempre centradas em mulheres, nas tias, tia-avós, avós, bisavós. As transmissões focadas nos gestos, olhares, nomes, segredos, fórmulas, receitas, e mediadas por histórias e territórios.

[Trabalho completo](#)

Tecelãs de Memórias e o Encontro de Saberes da Caatinga

Autoria: Marília Nepomuceno

Marília Nepomuceno Pinheiro PPGA/UFPE Palavras Chaves: Memória, Patrimônio, Saberes da Caatinga Saber da Caatinga através da vida dos comuns e das mulheres da Chapada do Araripe é saber de um profundo poço de saberes vivos de nossos Brasis. Alargando os nossos horizontes e nos convidando a perceber as "agricultoras da subsistência do mundo", ou as "tecelãs da memória", como sugere Silvia Federici em sua obra "Reencantando o Mundo", sobre sujeitas sociais populares e comuns de nossos mundos, somos, neste Encontro, convidadas a olhar ou a nos re(en)cantar para a política dos comuns, a comunidade e os saberes e fazeres que detém as mulheres e os comuns deste território. Olhar, pensar, ouvir, conversar ou (en)cantar em coro, como sugere Federici sobre as estratégias que devemos nos munir, não para o passado, e sim para futuro, desemboca na mola propulsora que tece o Encontro de Saberes da Caatinga e seu desejo de salvaguardar nossos saberes e práticas tradicionais de cura e cuidado entre nós e o ambiente, enquanto estratégia de reencantamento coletivo do mundo e ferramenta da ciência de um poço profundo em meio a eventos críticos, crises, catástrofes, traumas, e emergência climática e ambiental, como nos faz pensar Silvanete Maria Lermen: "Eu sempre digo que quem faz a nossa história somos nós, desde que a gente conte, que a gente registre. Nós precisamos registrar isso. Por isso que eu estou aqui, agradecendo a vocês por estarem nesse espaço socializando. E aqui são os meninos e as meninas que vão estar nos ajudando a fazer esse relato. Na verdade, nós vamos contando pra elas, e elas vão escrevendo, já que a gente não tem essa habilidade tão boa de escrever com uma facilidade maior. Então, eu gostaria que cada uma de vocês dissesse o nome, quantos filhos tem e se pudesse quantos anos mora aqui, então isso é muito interessante para elas poderem saber que somos filhas daqui mesmo. Porque falar dos Paus Dóias é dizer que aqui nós temos um berço de saberes ancestrais muito profundo, que muitas vezes nós que estamos aqui e nem nos tocamos que temos isso é tão profundo, tão histórico e é o que faz a nossa resistência e nossa continuidade." Maria Silvanete, em conversa coletiva junto a sua comunidade da Serra dos Paus Dóias, em Novembro de 2021.

[Trabalho completo](#)

Tecituras e emaranhados criativos: A "fotrica" como malha e possibilidade de reemergência da memória coletiva

Autoria: Aline de Jesus Maffi

Este texto busca propor alguns apontamentos sobre a fotrica, como uma malha relacional e um movimento de composição que articula memórias e trajetórias, partindo de reflexões mobilizadas por fotografias na

medida que esses dispositivos podem movimentar relatos orais de mulheres que compartilham o mesmo contexto comunitário. Nesse sentido, apresento correlações teóricas iniciais que fundamentam o que estou denominando como *fotrica*, a qual começa a se constituir como uma abertura caracterizada pela possibilidade de tensionar a ideia de *futrica* - recorrentemente entendida como *fofoca*, *intriga*, *mexerico* e *fuxico* -, por meio do pressuposto comunicacional que essa terminologia carrega, a fim de buscar elementos à proposição da noção de *fotrica*. Inserida em uma pesquisa *fotobiográfica*, fundamentada na perspectiva de Bruno (2007), a *fotrica* é pensada como um movimento relacional e metodológico de criação que se expressa no cruzamento de trajetórias de mulheres, interlocutoras da pesquisa "*À margem do visível: processos de identificação, ruralidades, memórias e as trajetórias de mulheres em fotobiografias*", em curso na Zona Rural de Londrina/PR, no Distrito de Maravilha. A instituição e anexação desse distrito ao território de Londrina ocorre na década de 1970, entretanto já havia a organização de um povoado nessa região desde meados de 1940. A história oficial das/os moradoras/es de Maravilha, contudo, é vinculada à narrativa hegemônica sobre a história de Londrina, associando-se a uma perspectiva historiográfica repleta de silenciamentos e invisibilidades. Nesse sentido, ao propor o cruzamento de trajetórias de mulheres, com faixa etária entre 60, 70 e 80 anos, na composição conjunta de histórias de vida, a *fotrica* se constitui como uma *teitura* - ou seja, como uma reunião de fios entrelaçados - que pode possibilitar caminhos que visibilizem os sentidos de uma memória coletiva e práticas de memorização, até aqui invisibilizadas, construídas e mobilizadas por mulheres que partilham uma territorialidade, na medida que essas histórias de vida estão inseridas em um conjunto de relações (KOFES, 2015). Para isso, em um primeiro momento, trarei alguns apontamentos filosóficos e antropológicos sobre a terminologia *gossip*, isto é, *fofoca* ou *futrica*. Para, em um momento subsequente, propor um diálogo com Deleuze e Guattari (2001) e Ingold (2012; 2019), a fim de buscar, na articulação das categorias *outrem*, *relação*, *coisa* e *malha*, fundamentos à proposição da noção de *fotrica*. Nessa perspectiva, a *fotrica* é composta como uma possibilidade contra-hegemônica de articulação de *fotobiografias*, buscando possibilitar a reemergência de uma memória coletiva sobre uma territorialidade compartilhada.

[Trabalho completo](#)

O projeto ArticulaFito e as cadeias de valor em plantas medicinais como experiências de memória social

Autoria: Nina Lys Nunes, VALCLER RANGEL FERNANDES, Joseane Costa

O projeto "*ArticulaFito - Cadeias de Valor em Plantas Medicinais*", desenvolvido em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz e o Ministério da Agricultura, visa fortalecer sistemas produtivos de plantas medicinais, condimentares e alimentícias, alinhado com a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) e o Programa Bioeconomia Brasil-Sociobiodiversidade. Envolvendo um conjunto de pesquisadores, em diálogo interdisciplinar, o projeto envolve mapeamento, capacitação, articulação e governança. As ações mais relevantes consistem no mapeamento das cadeias produtivas, na sistematização do conhecimento tradicional, no estímulo ao uso das espécies endêmicas dos biomas brasileiros, no manejo consciente das espécies usadas e na valorização do modo como as atividades são estruturadas, gerando renda e benefícios sociais. A qualificação de produtos oriundos de plantas medicinais, aromáticas, condimentares e alimentícias é um fator preponderante para promover a inclusão produtiva, promoção da saúde e da qualidade de vida dos agricultores familiares, dos povos indígenas e das comunidades tradicionais. Um ponto importante que o Projeto ArticulaFito enseja relaciona-se à valorização dos conhecimentos tradicionais associados ao uso e manejo dos recursos florestais. Esses conhecimentos tradicionais são mantidos e transmitidos através das gerações, constituindo-se numa das principais fontes de informação e experiências de memória social. A conservação da biodiversidade requer também a valorização deste patrimônio de saberes e fazeres

fundamentais para a sobrevivência das populações florestânicas. Observa-se uma relação estreita entre natureza e cultura por parte destas populações, sendo que suas moradias, alimentos, medicamentos, e também suas ferramentas e objetos de adorno são obtidos diretamente dos recursos naturais, por meio de agenciamentos a partir de saberes milenares. É exatamente esta imbricação entre natureza e cultura que prevê o uso sustentável dos recursos naturais e finitos do planeta.

[Trabalho completo](#)

As Annas de Sant'Anna: um Barão e outras histórias

Autoria: Leticia Marques Camargo

Pelo menos cinco mulheres escravizadas são mantidas em uma espécie de "harém" privado de um Barão do café, no Vale do Paraíba Fluminense por pelo menos 30 anos. Antes de falecer, no ano de 1876, este homem se apressa em assumir os 25 filhos que teve com Floriana Paulina, Manoela Agostina, Semiana Florentina, Emília Dorothéia e Geralda. Nomeando como testamenteiro o farmacêutico com quem casou a filha mais velha de seu relacionamento com Floriana Paulina, Rosina, o tal Barão de Juparanã garantiu que uma de suas fazendas, a fazenda de Sant'Anna em Vassouras, fosse herdada por suas filhas e filhos mulatos. Antecipando a política heugenista, o Barão, que nunca se casou oficialmente ou teve qualquer relação com mulheres brancas, não esperava muito para casar suas filhas negras com homens brancos e velhos. Era inevitável que ficassem viúvas muito jovens. A rede entre as irmãs da fazenda de Sant'Anna era antes de mais nada uma questão de sobrevivência delas mesmas e de suas filhas e filhos. Estavam parcialmente isoladas em Sant'Anna, fazendo comunicação com a vila de Desengano, em Valença, por uma trilha beirando o Rio Paraíba do Sul, ou atravessando o mesmo rio de canoa à remo, chegando à Demétrio Ribeiro, vila pertencente à Barra do Piraí. Por conta das redes entre as mulheres e a criação coletiva entre seus filhos, o casamento entre primos se tornou comum principalmente nas primeiras gerações criadas em Sant'Anna. Com o avanço da linha férrea Pedro II pela região, muitos parentes foram arrumando empregos e se espalhando entre Afonso Arinos, Barra Mansa, Barra do Piraí, Mendes, Valença e até mesmo Rio de Janeiro e Baixada Fluminense. Porém, parte da família continuou em Sant'Anna e todos se encontravam durante as festas da Santa Ana, no dia 26 de Julho, que acontecia na capelinha da fazenda. Ouvi essas histórias principalmente de mulheres, primeiro de minha bisavó quando eu ainda era criança, Dona Anna - Anita. Durante minha pesquisa vieram muitas outras 'Annas', e entendi que eram tantas mulheres com o mesmo nome na mesma família não apenas por conta da santa, mas também pelo nome do território em que viviam. As narrativas eram sempre centradas em mulheres, nas tias, tia-avós, avós, bisavós. As transmissões focadas nos gestos, olhares, nomes, segredos, fórmulas, receitas, e mediadas por histórias e territórios.

[Trabalho completo](#)

Lugar, gesto e memória: persistências no fazer das loiças Xokó

Autoria: Larousse Soares Magalhães

A proposta em questão é resultado da dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe (PROARQ-UFS). O trabalho, inspirado em abordagens etnoarqueológicas, foi realizado junto às mulheres loiceiras (ceramistas) do povo indígena Xokó, que vive na Terra Indígena Caiçara/Ilha de São Pedro (SE), localizada na região do baixo São Francisco. O território tradicionalmente ocupado pelos Xokó se tornou alvo de disputa ainda nas primeiras décadas da invasão do colonizador europeu e a violência desencadeada desde então está expressa nos séculos de silenciamento e invisibilização do povo indígena em questão. A loiça de barro, historicamente reconhecida como marca identitária do povo, contribuiu e viabilizou a ressurgência étnica dos Xokó na década de 1970, depois de

séculos de prevalência de um discurso que negava a ancestralidade do povo. No presente, a história das loiças permanece como pilar indispensável à memória coletiva, constantemente recordada em rodas de conversas dentre as diferentes gerações, embora o número de loiceiras já não seja tão expressivo dentre as mais novas. Dos períodos que antecederam a retomada do território até a homologação da Terra Indígena, o fazer da loiça passou por diversos processos de mudanças, que constituíram estratégias indígenas de manutenção desta prática ancestral. Contudo, algumas escolhas relacionadas ao fazer das loiças se mostraram irredutíveis: o barreiro utilizado no presente é o mesmo das histórias contadas pelas mais velhas; os gestos indicam um processo produtivo de longa data; as histórias das mulheres são (re)contadas por diversas vozes. Estes aspectos indicam que as mudanças e continuidades na produção cerâmica são faces de um mesmo fenômeno: a persistências da identidade Xokó materializada nas vasilhas de barro. Acessar essas permanências requer exercitar a escuta, mas também revisitar os discursos hegemônicos que tentaram as invisibilizar por tanto tempo. A memória Xokó, experienciada de modo particular, evidencia um contraponto ao discurso oficial ao lançar luz sobre as mesmas histórias a partir de um outro prisma.

[Trabalho completo](#)

Patrimônio e decolonialidades: As coleções de arte popular e africana do MNBA.

Autoria: Ana Teles, Danielle Maia Cruz

A presente comunicação propõe uma problematização sobre o lugar da arte popular e da arte não europeia em museus de arte no Brasil, focalizando a discussão no Museu Nacional de Belas Artes, cujo processo de aquisição das coleções de arte popular e africana ocorreu a partir da década de 1960. Essas aquisições ocorreram num contexto social e político de questionamento dos cânones artísticos ocidentais que reverberaram no campo artístico brasileiro, naquele momento, levando a transformações que motivaram a aquisição destas coleções pelo MNBA. O MNBA, cuja história é euro centrada, iniciada com a missão artística francesa, tem seu acervo caracterizado pela arte erudita. Pretende-se a partir da análise da trajetória destas coleções no MNBA, ao longo desses quase sessenta anos, discutir o significado de uma coleção de arte popular e arte africana num museu de arte erudita. Considerando que o MNBA narra a história das artes visuais brasileiras seria então de seu domínio guardar somente as artes eruditas? Que valores são engendrados com a separação ou junção de diferentes fazeres artísticos num museu que faz parte das instancias legitimadoras da arte? Muito mais do que alocar simbolicamente tais coleções a museus de arte erudita ou de arte popular interessa-nos aqui entender o que está em jogo na disputa hierárquica entre tipos de museus e tipos de fazeres artísticos. Lança-se mão para isso das discussões atuais sobre patrimônio e decolonialidade e sobre os sujeitos do fazer artístico.

[Trabalho completo](#)

A experiência do patrimônio através da partilha virtual: uma perspectiva do/sobre o Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste

Autoria: Sabrina Dinola, Íria de Carvalho e Borges, Rafael Rodrigues Felix

O Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste observatoriodopatrimonio.com.br é uma plataforma digital criada para ser um dispositivo de acompanhamento da dinâmica das ações patrimoniais na região Sudeste, tendo como foco principal pesquisas realizadas nas Universidades. O Observatório conta atualmente com a participação de diversos colaboradores, que trazem relatos e reflexões de suas experiências de campo e disponibilizam materiais de pesquisa. Para a composição da plataforma, este material foi organizado em torno das manifestações culturais: Jongo (no Sudeste); Capoeira; Folia de Reis; Congado; Fandango Caiçara; Literatura de Cordel; "Pequena África do Rio de Janeiro"; Ofício das

Baianas de Acarajé/RJ; Dança de Salão; Ofício das Paneleiras de Goiabeiras/ES. Além desses, estão sendo organizados os conteúdos referentes à "Pequena África Paulistana" e às "Mulheres Passistas de Escolas de Samba". O objetivo é fornecer, dentro do campo patrimonial, um instrumental teórico e prático com vistas à renovação e solução de questões advindas dos processos de patrimonialização, sobretudo no que tange aos processos de transmissão dos saberes e construção das memórias coletivas e sociais. Conjugando os pontos de vista de três pessoas diferenciadamente envolvidas no funcionamento e atuação do Observatório, este trabalho se propõe a articular uma leitura transversal da plataforma, deslocando o foco: a partir das manifestações e de seus documentos (por meio dos mecanismos de atualização e de movimentação de conteúdos nas redes sociais), direcionar a atenção numa postura de exercício, não às manifestações e aos grupos em si mesmos, e sim aos impactos iniciais da formação desta rede de pesquisadores parceiros, à medida que as contribuições ao repositório e à difusão das pesquisas vão se acompanhando de diálogos ou interações, dentro e fora do universo acadêmico. Partindo da observação de que há uma interlocução colaborativa, que já não é temporária nem provisória, entre pesquisadores e os chamados "detentores" nos processos de construções de conhecimento (cada vez mais permeados por ações de "engajamento" também por parte dos pesquisadores), nossa proposta é produzir, em diálogo com os relatos e experiências, aquilo que denominamos provisoriamente "território de memória" e de construção de uma "memória de resistência" destes grupos. Como membros da equipe que compõem o Observatório, a nossa ideia é de avaliar, levando em conta o "boom" de plataformas que se intensifica em meio a pandemia de Covid-19, o potencial destas ferramentas digitais na construção de novas formas de circulação e de produção de vínculos, não os pautados pela lógica da mercadoria, mas os que podem ser traçados a partir destes registros das experiências de se "partilhar o tempo do outro"

[Trabalho completo](#)

Patrimônio cultural e povos indígenas no Alto Uruguai: reflexões a partir do processo de identificação dos sítios arqueológicos Goj Veso I e II (RS e SC)

Autoria: Caetano Kayuna Sordi Barbará Dias, Jhonatan de Paula Pereira

Este trabalho parte de reflexões oriundas da nossa atuação como técnico-antropólogo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (Caetano Sordi) e assessor jurídico voluntário da retomada kaingang Goj Veso (Jhonatan de Paula Pereira) em um processo de identificação e cadastramento de um sítio arqueológico pré-colonial na Região do Alto Uruguai, divisa entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Em 2019, ao iniciarem uma obra de escavação para silagem, empregados de uma propriedade rural do município de Iraí se depararam com vestígios de um sepultamento de tradição tupiguarani, composto por artefatos de cerâmica e uma ossada. Estabelecidos a poucos metros do achado, do outro lado de uma rodovia federal, os membros da comunidade Goj Veso passaram a zelar pela segurança do sítio arqueológico e tomaram a dianteira na interlocução com o poder público e a imprensa para sua devida identificação e cadastramento junto aos bancos de dados oficiais. A partir dessa experiência e seus desdobramentos locais e institucionais, procuraremos refletir sobre os usos e limites dos instrumentos patrimoniais para o reconhecimento e a garantia dos direitos culturais dos povos indígenas, especialmente em territórios marcados por conflitos fundiários e processos de expropriação de longa duração. Em especial, procuraremos destacar as distintas arenas de tradução que foram acionadas sobre este caso particular, envolvendo lideranças indígenas, operadores do judiciário e diferentes áreas técnicas do patrimônio cultural, como arqueologia e antropologia.

[Trabalho completo](#)

A experiência do patrimônio através da partilha virtual: uma perspectiva do/sobre o Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste

Autoria: Sabrina Dinola, Íria de Carvalho e Borges, Rafael Rodrigues Felix

O Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste observatoriodopatrimonio.com.br é uma plataforma digital criada para ser um dispositivo de acompanhamento da dinâmica das ações patrimoniais na região Sudeste, tendo como foco principal pesquisas realizadas nas Universidades. O Observatório conta atualmente com a participação de diversos colaboradores, que trazem relatos e reflexões de suas experiências de campo e disponibilizam materiais de pesquisa. Para a composição da plataforma, este material foi organizado em torno das manifestações culturais: Jongo (no Sudeste); Capoeira; Folia de Reis; Congado; Fandango Caiçara; Literatura de Cordel; "Pequena África do Rio de Janeiro"; Ofício das Baianas de Acarajé/RJ; Dança de Salão; Ofício das Paneleiras de Goiabeiras/ES. Além desses, estão sendo organizados os conteúdos referentes à "Pequena África Paulistana" e às "Mulheres Passistas de Escolas de Samba". O objetivo é fornecer, dentro do campo patrimonial, um instrumental teórico e prático com vistas à renovação e solução de questões advindas dos processos de patrimonialização, sobretudo no que tange aos processos de transmissão dos saberes e construção das memórias coletivas e sociais. Conjugando os pontos de vista de três pessoas diferenciadamente envolvidas no funcionamento e atuação do Observatório, este trabalho se propõe a articular uma leitura transversal da plataforma, deslocando o foco: a partir das manifestações e de seus documentos (por meio dos mecanismos de atualização e de movimentação de conteúdos nas redes sociais), direcionar a atenção numa postura de exercício, não às manifestações e aos grupos em si mesmos, e sim aos impactos iniciais da formação desta rede de pesquisadores parceiros, à medida que as contribuições ao repositório e à difusão das pesquisas vão se acompanhando de diálogos ou interações, dentro e fora do universo acadêmico. Partindo da observação de que há uma interlocução colaborativa, que já não é temporária nem provisória, entre pesquisadores e os chamados "detentores" nos processos de construções de conhecimento (cada vez mais permeados por ações de "engajamento" também por parte dos pesquisadores), nossa proposta é produzir, em diálogo com os relatos e experiências, aquilo que denominamos provisoriamente "território de memória" e de construção de uma "memória de resistência" destes grupos. Como membros da equipe que compõem o Observatório, a nossa ideia é de avaliar, levando em conta o "boom" de plataformas que se intensifica em meio a pandemia de Covid-19, o potencial destas ferramentas digitais na construção de novas formas de circulação e de produção de vínculos, não os pautados pela lógica da mercadoria, mas os que podem ser traçados a partir destes registros das experiências de se "partilhar o tempo do outro"

[Trabalho completo](#)

Práticas laborais e agenciamentos cotidianos entre mulheres camponesas em Rincão dos Alves (RS)

Autoria: Renata Piecha, Maria Catarina Chitolina Zanin

A presente proposta parte de uma etnografia realizada entre os anos de 2018 e 2020 com mulheres camponesas da comunidade de Rincão dos Alves, interior do município de Jaguari, na região central do Rio Grande do Sul. Em um contexto rural cada vez mais modernizado e regido pela lógica do agronegócio, nos últimos 20 anos, a fucultura se insere em Rincão dos Alves, impondo-se como a atividade produtiva viável e lucrativa nesse dado momento. Essa inserção tem acarretado mudanças nas lógicas produtivas, nas relações sociais e de trabalho, nas normas, costumes e paisagens, exacerbando e precarizando a jornada laboral, minando, assim, a autonomia dessas famílias camponesas. Baseando-se na exploração de sujeitos e

corpos subalternos, esse agronegócio volta-se à esfera de trabalho reconhecida como masculina. Porém, privilegiamos nesta proposta, as visões (e ações) das mulheres sobre as suas sociedades, de acordo com a antropóloga palestino-americana Lila Abu Lughod (1990). Partindo disso, apresentamos as "quitandas", isto é, um compilado de produtos, como o queijo "colonial", pães, compotas e outros que advém, exclusivamente, do trabalho dito feminina, sendo "saberes-fazer" resguardados na memória, transmitidas de geração em geração por/entre mulheres, entrelaçando temporalidades, conhecimentos e práticas. Comercializados pela via da informalidade em circuitos curtos pelas agricultoras de Rincão dos Alves, essa produção se estende a vizinhos, parentes, trabalhadores urbanos, mantendo relações de reciprocidade, e à intermediários, que revendem, em seguida, esses produtos nos seus estabelecimentos comerciais urbanos. Esses produtos são consumidos, majoritariamente por cidadãos citadinos, que (re)conhecem a procedência e origem desses produtos e lhes atribuem valor simbólico e econômico, visto que Jaguari, em sua constituição histórica, é fruto do processo de colonização europeia iniciado no Brasil no século XIX. Por sua produção e consumo se relacionarem com as identidades vigentes neste contexto, compreendemos as quitandas camponesas como patrimônios materiais e imateriais. Ademais, mediante esse trabalho, as agricultoras de Rincão dos Alves, acessam um ganho que lhes proporciona uma melhoria de vida, que tende a se estender ao núcleo familiar, prezando, ainda, pela manutenção dos saberes tradicionais camponeses, atrelado às origens familiares, ao trabalho na terra e à produção de alimentos, representando, ainda, agenciamentos cotidianos que se contrapõem a homogeneizadora lógica do agronegócio.

[Trabalho completo](#)

Memoração e contra-hegemonia no muralismo zapatista: o patrimônio indígena desde "abajo y a la izquierda"

Autoria: Bianca Rihan Pinheiro Amorim

O objetivo desta proposta se trata de defender/apresentar os murais coloridos, confeccionados pelo movimento zapatista em seu território autônomo, no sudeste do México, como patrimônio indígena. Patrimônio, no entanto, definido não via chancela do Estado - como pretensão marcador da memória hegemônica nacional - mas pela organicidade dos grupos que produzem e se apropriam de tais artefatos como patrimônio sócio-histórico, dialético e dialógico, sobre os quais ainda é possível atuar e encaminhar a luta social. Permeando tanto o complexo material como o complexo mágico e poético, ou seja, simbólico, de criação, afeto e devir, as reflexões a serem desenvolvidas na comunicação se voltam para a mediação e a "memoração" de diferentes agentes técnicos, sociais e culturais que participam da experiência muralista nos "caracóis" de Chiapas. Contudo, para além das tantas camadas constituintes do saber-fazer coletivo, a proposta sublinha as estruturas de violência que atravessam o território indígena zapatista. Os murais, por sua vez, passam a ser compreendidos não apenas como zonas de prosa coletivas, mas como registros disseminados a partir de comunidades em "resistência e rebeldia", em um zoneamento de guerrilha. Atualiza-se, pois, a dimensão do patrimônio como fruto de ações intersubjetivas, produzidas como (contra)ataques às superestruturas e às estruturas que operam como máquinas de pasteurização e opressão de corpos e epistemologias "desviantes". A atenção a essa condição me faz observar os murais como espaços permanentes de (re)construção da memória, pautada na vida prática e na defesa de indígenas e de outros grupos sociais subalternizados. Permite-se, pois, a alteração e/ou apagamento de imagens e mensagens na medida em que se atualizam as experiências e expectativas de tais coletividades, em dada conjuntura. Neste momento em que a América Latina sofre os efeitos mais agressivos de mercados e Estados praticamente autocráticos e seus dispositivos sociais legitimadores de práticas racistas e neocoloniais que avançam a olhos vistos contra as populações pobre, negra e indígena, a disputa pelos índices sociais nos murais se faz

presente em todo o processo de observação da pesquisa. Desse modo, o enquadramento da memória coletiva pela memória oficial dá lugar a um "patrimônio vivo", ou espaços de interação em que diferentes comunidades discursivas, membros de diferentes etnias indígenas e realidades sócio-políticas apresentam a si e ao movimento zapatista e literalmente criam e recriam as possibilidades de um "outro mundo possível" pela mobilização de artefatos para a luta. Isto é, pela mobilização do patrimônio muralista indígena desde "abajo y a la izquierda".

[Trabalho completo](#)

"Eram os caboclos brabos que tinham cavado aquele poço": Salvaguardando Memórias Tapuias no Vale do Sabugi, PB.

Autoria: Bismark Karuá Tapuia-Tarairiú, María Elena Martínez-Torres

Essa comunicação apresentará os avanços obtidos através da construção do acervo audiovisual da cultura indígena do Vale do Sabugi (PB), o Memórias Tapuias. Norteadas pelas discussões históricas e antropológicas voltadas as formas de esquecer e lembrar, especialmente no que tange a situação colonial no nordeste indígena (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998), tenho buscado estratégias de salvaguarda da memória junto a construção de museus indígenas no campo virtual (ATHIAS, 2019). Com apoio financeiro da premiação de projetos culturais da Lei Aldir Blanc (14.017/2020) no Estado da Paraíba (Edital Parrá/PB), junto a uma equipe composta por mim, graduando em ciências sociais e produtor cultural; por um museólogo; uma educadora; um motorista e uma articuladora regional, temos realizado uma série de entrevistas de cunho etnográfico e documental junto à conhecedores tradicionais do semiárido. Como recorte inicial de pesquisa tenho me voltado a investigação com senhores e senhoras originários dos territórios que atualmente comportam o município de São Mamede/PB, partindo do meu próprio contexto familiar. Os diálogos se dão com moradores mais antigos da cidade, mestres e mestras dos saberes da caatinga que evidenciam em suas narrativas a permanência familiar desde tempos imemoriais nos sítios perpassados pelo Rio Sabugi - como é o caso dos Balduinos, nome com o qual parte de minha família materna é conhecida popularmente. Como produto do Memórias Tapuias temos construído um acervo baseado em fotografias, áudios e vídeos, retratando as memórias-práticas atreladas ao meu território. Esses documentos tem permitido a construção de um panorama sobre as formas de vivência no semiárido, a exemplo dos usos das medicinas tradicionais, dinâmicas de alimentação e cultivo, práticas de cura por meio de rezas e benzimentos, dentre outros. Sendo esses alguns exemplos de formas de conhecimento quase sempre atreladas aos povos indígenas, como é o caso do trecho que dá título a este trabalho, onde um parente próximo relata a reabertura de um poço de pedras cavado pelos caboclos brabos nos arredores do Rio Sabugi, região marcada pela presença Tapuia Tarairiú. Abrindo caminho em meio as nossas memórias, este projeto culminará no lançamento de um site, lugar escolhido para publicização inicial do nosso acervo, com previsão para lançamento em Junho de 2022, bem como irá compor minha monografia de conclusão de curso. Ademais, tem em seu escopo uma série de oficinas educativas que estão sendo realizadas na Escola Estadual Seráfico Nobrega, pautando estratégias de educação patrimonial e ensino de temática indígena (Lei 11.645/08), tendo como público alvo apenas alunos residentes na zona rural do município de São Mamede/PB.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

